

O verso e o reverso: o lado sombrio da modernidade

Prof^ª. Edenir Vitória de Araujo SANTOS

Resumo – Este trabalho aborda o tema modernidade e o sociólogo Zygmunt Bauman será tomado como referência. A parte introdutória trata-se do tempo da modernidade, segundo a visão de alguns autores e, do conceito de ambivalência,, segundo a concepção do autor. Na segunda parte, enfatizarei as ambições dos agentes modernos para manterem a ordem por meio da planificação do Estado moderno, de forma densamente racionalizada voltada para a busca de uma sociedade perfeita, demonstrando, assim, o império da ciência como não neutra neste aspecto. Por último, enfocarei a conjectura de Bauman da permanência da modernidade e os seus efeitos negativos. Houve um problema teórico que os ideários do iluminismo não previram ou não souberam aplicar. Surgem as derrotas, a condição pós-moderna, pois a humanidade como um todo não se insere nos benefícios que seriam gerados pela modernidade de acordo com os princípios gerais e universais de igualdade, liberdade e fraternidade. Bauman defende a recuperação dos alicerces que abalaram a modernidade pelo caminho da emancipação com a aceitação da contingência.

Palavras-chave: Zygmunt Bauman, Modernidade, Estado moderno.

1. Introdução

Nesta seção, faço uma revisão teórica da conceituação do termo ambivalência, conforme o delineamento da proposta de trabalho, tendo como referência a parte introdutória da obra de Bauman, “Modernidade e ambivalência”. Antes, porém, destaco a concepção de Bauman e de outros autores sobre a época da qual data a modernidade e ainda, pretendo fazer uma alusão aos pensadores Adorno (1903-1969) e Horkheimer (1895-1973) pelo fato de suas teorias serem consideradas como uma referência essencial nas pressuposições formadas na obra em questão.

Tradicionalmente, o marco do paradigma teórico da modernidade foi delimitado, pela grande maioria dos sociólogos, a partir do final do século XVIII¹, tendo em vista os

grandes acontecimentos históricos que marcaram a época, a Revolução Industrial e a Revolução Democrática (BAUM, 1992/6). As revoluções ocasionaram profundas transformações na sociedade e uma nova mentalidade cultural. A industrialização resultou no aparecimento da classe burguesa e do proletariado como também trouxe o enriquecimento às nações, criando as expectativas do progresso. No arcabouço das mudanças ocorridas no sistema capitalista, decorrem os ideais da revolução democrática, os quais são a liberdade, a igualdade e o direito de participação no poder. Mas a tendência foi o aparecimento do Estado Moderno como a centralização política e o reforço da burocratização nas esferas administrativas do governo.

Em consonância com os interesses burgueses, essas revoluções tiveram como fundamento os ideais iluministas que propagaram a idéia do progresso da humanidade. No programa dos iluministas, a razão proporcionaria ao homem alcançar o domínio da natureza e, assim, a sua emancipação. Mediante as vitórias do capitalismo ocidental, os caminhos da modernidade foram abertos, favorecidos pelos princípios liberais defendidos pela nova classe burguesa. À luz das transformações na sociedade, surge a literatura crítica que recaiu sobre as consequências negativas da modernidade. O século XIX, principalmente, marcou o aflorar de novos paradigmas da teoria social e que buscavam explicar e apontar soluções para a nova sociedade, nas grandes teorias como de Comte, Durkheim, Marx e Weber.

Bauman apresentou a sua tese sobre modernidade, e a considerou por um marco histórico diferente de outros intelectuais: o século XVII. São os pressupostos teóricos do autor, em relação ao tempo da modernidade e outras considerações sobre a temática:

Quero deixar claro desde o início que chamo de “modernidade” um período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII como uma série de transformações sócio-estruturais e intelectuais profundas e atingiu sua maturidade primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo e depois como forma de vida socialmente consumada, com o desenvolvimento da sociedade industrial (capitalista e, mais tarde, também a comunista). Portanto *modernidade*, da forma como emprego o termo, de modo algum é idêntica a modernismo [...] (BAUMAN, 1999, p. 299-300).

Embora o referido século tenha sido apontado como marco da modernidade, para esse autor, não existe acordo sobre o tempo desta nova forma de viver da humanidade: ou seja, do moderno, em suas transformações históricas e culturais, nem quando se inicia e quando termina. Por isso, ele considera a modernidade como um conceito ambíguo e

susceptível a discussões como também no que se refere à datação.

Em destaque no trabalho de Bauman, está a contribuição de Adorno e Horkheimer, em “Dialética do Iluminismo”. Eles são autores alemães do século XX e foram referência para o esboço teórico desse novo ponto de vista sobre a modernidade em que contempla a existência e a erradicação da ambivalência como condições para a própria vida moderna. A crítica feita por estes pensadores teve como foco central o iluminismo e foram os primeiros a levantar algumas questões sobre a posição radical filosófica dos iluministas ao defenderem a erradicação dos mitos e que versam as tradições seculares dos povos.

Sabemos que, a racionalidade foi a gênese da modernidade, o seu foco central. Até a Idade Média tudo era determinado pela religião, a partir dos tempos modernos, somente pela razão é que se compreende e transforma o mundo, assim, tudo o que era considerado ultrapassado deveria ser eliminado, como os mitos, o senso comum, os conhecimentos vulgares, o animismo. Adorno e Horkheimer ressaltaram que os iluministas consideraram a filosofia grega de Platão e Aristóteles como uma pretenciosa verdade universal e foi arguida por eles às superstições. O iluminismo tinha uma proposta que punha abaixo toda a influência mística sobre os homens. Assim,

[...] julga ver ainda, na autoridade dos conceitos universais, o medo dos demônios, por meio de cujas imagens os homens procuravam, no ritual mágico, influir na natureza. A partir de agora, a matéria deverá finalmente ser dominada, sem apelo a forças ilusórias que a governem ou que nela habitem, sem apelo a propriedades ocultas (OS PENSADORES, 1999, p. 20-21)

O projeto dos iluministas era “livrar o mundo do feitiço” (Ibid., p. 17). Isso significava acabar com os mitos e anular tudo o que era considerado fantasioso, e devendo ser substituído pelo saber. Bacon foi citado pelos autores por ser um defensor do saber. Na sua compreensão, o homem sendo dotado de conhecimento demonstra superioridade e poder frente aos outros seres humanos:

[...] não há dúvida alguma de que a superioridade do homem reside no saber. Nele estão guardadas muitas coisas, que os reis com todos os seus tesouros não podem comprar, sobre as quais não se impõe o seu mando, das quais seus informantes e alcagüetes não dão notícia alguma, cujas terras de origem não podem ser alcançadas pelos veleiros dos seus navegantes e descobridores (BACON *apud* ADORNO e HORKHEIMER, 1999, p.18).

Assim sendo, Adorno e Horkheimer criticaram de forma veemente os iluministas na pretensa elevação do saber para o completo domínio sobre a natureza e sobre os homens, de modo que, para eles, não havia limites para o entendimento e que, dotados do saber os homens seriam os “senhores do mundo”, servindo a qualquer fim e mais precisamente, um conhecimento a serviço dos interesses da classe burguesa (1999, p. 18). Enfim, para esses pensadores, a ciência foi crucial para a transformação de um mundo místico para o mundo moderno, tendo ela, um papel decisivo na desvirtuarização do enigma presente nas tradições e nas filosofias de todo um passado histórico da humanidade. O trecho a seguir, expressa o pensamento desses filósofos a cerca das mudanças advindas do iluminismo.

O mundo vira caos e a síntese é a salvação. Entre o animal totêmico, os sonhos de um visionário e a idéia absoluta, não cabe nenhuma diferença. Caminhando em busca da ciência moderna, os homens se despojam do sentido. Eles substituem o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade. ... Desde Bacon, um dos objetivos da filosofia era o de redefinir, em conformidade com o espírito do tempo, substância, qualidade, ação e paixão, ser e existência; mas a ciência se safou, mesmo sem tais categorias. Elas ficaram para trás, como *Idola Theatri* da velha metafísica; [...] (*Ibid.*, p. 20).

Retorno à obra “Modernidade e ambivalência” e, primeiramente, ao conceito de ambivalência, por ser um termo chave para a compreensão do trabalho de Bauman. A ambivalência origina-se da segregação e classificação e, sendo essas formas características da linguagem, a ambivalência provém das distorções que lhes são próprias. Assim, ela é irregular, anormal, ou seja, consiste numa disfunção da linguagem. A primeira forma de se perceber isso é pela desordem a que a ambivalência nos leva a sentir. Ela, por sua própria natureza, propicia-nos mais de uma alternativa; sempre temos a opção em classificar um objeto, um evento, em uma ou outra categoria e, portanto, nos causa desconforto, visto que poderemos atribuir isso como erros de linguagem, como também a falhas de nossa memória ou da inteligência.

Daí apreende-se o quanto a ambivalência pode gerar a diferenciação de classificações, como de objetos, entidades e grupos. Os últimos podem ser demarcados e se oporem, também, a outros grupos diferentes de entidades. Assim, são geradas as classes de entidades com padrões diferentes.

A linguagem centra-se em dois vértices: num lado “de bases sólidas”, referindo-se à ordem e, de outro lado, o da contingência, ou seja, do eventual ou do acidental, já que a

contingência, por ser imprevisível, impossibilita a previsão do acontecimento de algo. A função da linguagem é justamente manter a ordem e eliminar a contingência; visto que a ordem é premissa básica para possibilitar aos homens fazerem a previsão dos cálculos das probabilidades de um acontecimento vir a ocorrer e não caminhar sobre “areias movediças.” E a ambivalência inviabiliza isso e vai depender também da capacidade de memorização do indivíduo para manter a ordem das coisas, do memorizado e da precisão dos cálculos.

Classificar é considerado uma ação de inclusão e exclusão, pois entidades são incluídas somente quando outras são excluídas. A ambivalência desponta, então, como resultado da classificação. Para evitá-la, deve-se nomear de maneira mais exata possível e definir classes de forma mais precisa e clara. Isso, de certa maneira, depende da utilização de técnicas adequadas para a classificação correta e torna uma luta infinita por haver sempre uma alternativa mais perfeita de classificar ou nomear uma entidade ou classe (BAUMAN, 1999, p. 11).

Por essas proposições, segue-se a relação entre modernidade e ambivalência. Na concepção de Bauman, o Estado moderno pressupõe a existência de duas alternativas: a ordem e o caos. A ordem, por ser prioridade máxima, tem por fim o esforço em destruir a ambivalência. Ela deve ser mantida por agentes competentes dotados de conhecimentos e habilidades, os quais são os administradores, filósofos, cientistas ou especialistas. A busca da ordem é incessante e sem fim. Nesse sentido, o moderno tem a vicissitude da ordem e do caos. O caos deve existir para que a ordem o recuse, de modo que ela sempre prevaleça sobre ele.

Toda a prática moderna versou sobre a extinção da ambivalência. Pois, de acordo com o paradigma moderno, a ambivalência atrapalha a precisão dos cálculos dos eventos e a importância dos padrões de ação memorizados. Deveria haver a nomeação de forma mais exata de todas as coisas, como de classes sociais² que deviam ser norteadas para a definição sempre mais precisa que a anterior. Para alcançarem um resultado mais preciso, utilizava-se uma tecnologia melhor e mais apropriada. Por isso, Bauman entendeu a modernidade por um conceito dúbio (*Ibid.*, p.12).

Bauman apontou o historiador Collins pela referência feita por ele a Thomas Hobbes (1588-1679) sobre o emergir da *consciência da ordem*, o que quer dizer: *da consciência moderna*. O marco da ordem, na Inglaterra, foi a morte da rainha Elizabeth, e, anos depois desse acontecimento, a ordenação do mundo passou a ser vista não como natural e que podia ser artificial, portanto, criada pelos homens (COLLINS, 1989 *apud* BAUMAN, 1999, p.13).

Para Bauman, não é necessário remontar ao mundo antes de Hobbes para entender o mundo de hoje; pois não significa que antes da modernidade os homens não soubessem

a distinção do que era um mundo ordenado. Eles sabiam que a ordem não era natural e, somente quando emerge o problema da ordenação, ou seja, à medida que urge a necessidade é que ela desponta como obsessão. A ordem ao ser revelada como *inatural* representou a *ordem como tal*, e a ordem natural significa o estado de quietude dos homens, ao contrário, do estado moderno: com ele, vem a ordem como imprescindível para a existência moderna, pois, sem ela, é impossível a sobrevivência do mundo moderno. Assim

A existência pura, livre de intervenção, a existência *não ordenada*, ou a margem da existência ordenada, torna-se agora *natureza*: algo singularmente inadequado para a vida humana, [...] algo a ser *dominado, subordinado, remodelado* de forma a se reajustar às necessidades humanas (*Ibid.*, p. 15).

Essa existência é garantida por projetos que exigem *manipulação, administração e planejamento* das pessoas consideradas hábeis para tal tarefa de ordenar o mundo. Essa é a prática, a política adotada pelo segmento mais intelectualizado da sociedade, ou seja, os cientistas, os legisladores os quais tinham a missão de acabar com a ambivalência. Nos dizeres de Bauman, a prática moderna é intolerante, bem à moda do desrespeito à diferença étnica entre os povos³.

O moderno negou a desarmonia, já que sua cultura força a precisão das definições, das classificações e a luta para isso se torna incessante, pois, de maneira alguma, são permitidos termos que dêem margens às definições com vários significados. A ânsia pelo progresso faz com que o presente seja sempre ultrapassado, com vistas a outras perspectivas do amanhã que se aproxima. Assim se consome a inquietude do homem nos tempos modernos, e o esforço é sempre contínuo e nunca para. Por isso, ao ver de Bauman, a modernidade é “uma obsessiva marcha adiante”, nunca tem um ponto definitivo de chegada e “só o ponto de partida é fixado: e é o movimento irrefreável desse ponto que arruma a existência insatisfeita dentro de uma linha de tempo histórico” (*Ibid.*, p. 18). Modernidade resume em: numa ânsia pelo progresso de maneira obstinada, que não sabe aonde chegar, não existe uma certeza do dia de amanhã, da realização de algo por definitivo.

Há apenas a previsão de um *foci imaginarii*, a destruição da ambivalência, que permitirá que se chegue a uma verdade definitiva, mas como não existe esta possibilidade, perpetuará a luta em direção ao fim máximo da era moderna: o mundo ordenado. Uma forma descoberta para facilitar a administração dos agentes modernos foi por meio da fragmentação. O conhecimento, no passado, que predominou até a Idade Média, foi adquirido por princípios holísticos e, na Idade Moderna, surge a especialização, pois a

ciência propiciaria todo um saber, pela fragmentação do assunto, em conexão com as partes. Um exemplo de fragmentação no mundo moderno cita-se o poder, que a partir do Estado moderno foi tripartido em Legislativo, Executivo e Judiciário. Esperava-se que, com as funções tendo as suas fronteiras delimitadas, facilitaria a ordem e as áreas seriam sujeitas à jurisdição sobre um assunto específico. Na opinião do autor, o poder, o conhecimento podem ser fragmentados, em contrapartida, o mundo não se fragmenta, e as pessoas continuam sendo multifuncionais, como também as palavras continuam tendo os seus múltiplos significados. E ainda, a fragmentação ocasiona ainda mais a ambivalência e como consequência sucede o caos, tornando-a ainda mais sem controle.

Mediante o exposto, pode-se constatar que o moderno não consegue combater a ambivalência. “A falsa simetria dos resultados encobre a assimetria de poder que é a sua causa” (*Ibid.*, p. 22). Não existe simetria, pois sempre há o outro lado, por causa da existência da dicotomia, ou seja, o que consiste no desvio, na anormalidade e os agentes modernos visam continuamente ao combate.

Em síntese, o combate à ambivalência, na lógica dos tempos modernos, tornou-se crucial para a eficiência dos administradores do poder. Mas, Bauman corroborou a ideia de que a ambivalência é permanente por causa da dicotomia, que *existe e persiste*, isto é, o outro lado da ordem e que inviabiliza a simetria de um lado com o seu outro lado. Como consequência, houve a grande derrota da modernidade em face à destruição da ambivalência.

2. A busca da sociedade planificada

No Estado moderno, a razão foi “endeusada”, era tudo. A sociedade foi totalmente projetada para a organização racional e, desde o limiar desta Nova Era, o Estado teve a missão básica de ordenar a sociedade, por meio de planejamento e execução da ordem. Para manter a ordem, surge o tipo “Estado jardineiro”. As funções básicas desse Estado são comparadas ao cultivo de plantas num jardim: o jardineiro deve preservar as plantas boas e acabar com as ervas daninhas. Deste modo, as pessoas eram avaliadas segundo critérios – boas ou más, havia as que deviam ser cultivadas e as que deveriam ser eliminadas. Nas ambições do Estado moderno prevaleceu o “espírito da jardinagem”.

Os pensadores do século XVIII, como Kant (1724-1804), em sua obra “Crítica da razão pura” e Descartes (1596-1650) em “Regras para a direção do espírito”, presumiram que a razão tinha o encargo legislativo que garantia a liberdade dos homens e uma sociedade em harmonia. Os filósofos pensaram que a razão poderia trazer felicidade a toda a

humanidade, por isso ela teria a função legisladora. Na interpretação de Descartes, “Legislar e impor as leis da razão é o *fardo* daqueles poucos conhecedores da verdade, os filósofos. Eles são chamados a realizar a tarefa sem a qual a felicidade dos muitos jamais será alcançada” (BAUMAN, 1999, p. 31).

Isso significa que, na concepção dos pensadores desta fase, a filosofia tinha a função legisladora e deveria proporcionar ao homem a passagem da fase dogmática da metafísica à transcendência do “senso comum”, ou seja, o conhecimento adquirido por meio de crenças e julgamentos que consistia na razão desordenada e ocorria naturalmente. Para os pensadores daquela época, os filósofos eram os sabedores da verdade, pois empenhariam em conhecer as coisas tendo por base a razão que era voltada para um conhecimento que desconsidera os preceitos vulgares e parciais. Por isso, julgariam o que é certo ou errado para as pessoas, bem como teriam o livre arbítrio para decidirem o melhor para as pessoas.

A respeito da metafísica de Kant, David Hume (1711-1776) ponderou que o mesmo havia sido “despertado pelo sono metafísico” (KANT, 1999, p. 6). Esta expressão é chave para a compreensão do pensamento de Kant, sobre a fase nascente da filosofia, a da crítica. A partir dela, inicia-se a análise do papel, até então predominante, da metafísica para a compreensão da realidade que nos cerca. Existia a afirmação da existência do “supremo”, de uma verdade universal e eterna à mercê do monopólio dogmático. “Na história dos homens, a teologia e a moral foram as molas propulsoras de investigações teóricas e a primeira constituía-se atrativo para onde a razão especulativa dirigiu seus esforços sob o nome de metafísica” (ZINGANO, 1989). Para Kant, a metafísica sempre esteve presente no naturalismo, ou seja, buscando explicar “as coisas em si mesmas”. Nesse sentido, a metafísica foi considerada ilegítima por derivar dela, a compreensão acerca dos objetos ou da realidade sob verdades absolutas e que, não era de acordo com as proposições na “Crítica da Razão Pura, e sem comprovação à base empírica, e para ele, esta não é forma de conhecer. Desta forma, a metafísica poderia fazer o homem “pensar”, mas não o permitiria “conhecer” (KANT, 1999, p. 12).

Retornando à Bauman, ele destacou a posição de Kant sobre a responsabilidade dos filósofos, como detentores do saber e se abstraírem da tarefa em ajudar as pessoas a alcançarem a felicidade. Para Kant, a busca pela felicidade dos homens é um dever do filósofo, com estes dizeres ele pretendeu seguir uma tradição filosófica que remontava a antiguidade, como a obra de Platão, “República”, que pressupunha o mesmo pensamento (1999, p. 30). Posição esta, também de outros pensadores, Descartes e Locke e, ainda, Francis Bacon - antes deles, todos tinham o sonho que a humanidade atingisse o estágio de uma vida exímia, daí a garantia e a preservação da dignidade humana (*Ibid.*, p. 35).

Implicitamente, a preocupação dos referidos filósofos era referente à soberania das pessoas, o motivo pelo qual eles defenderam a razão legislativa.

A filosofia de Kant tinha o mesmo propósito dos legisladores do Estado moderno, ambos objetivavam acabar com a ambivalência. Para os adeptos da filosofia crítica, meias verdades deveriam ser combatidas para acabar com as ilusões ou, simplesmente, anular os conhecimentos oriundos de experiências comuns ou por conveniência. Todo o conhecimento deveria ser fundamentado na razão. Sendo assim, em se referindo ao campo de domínio dos intelectuais, ou seja, dos filósofos, o ataque à ambivalência significava abolir quaisquer que fossem compreensões da realidade do mundo originárias de experiências vividas pelos indivíduos, de suas crenças, tudo era considerado demonstração da ausência do saber, de ignorância. Já no campo da política do Estado moderno, o combate à ambivalência significava manter a ordem, pois era a função vital e exclusiva do Estado e, por meio de um controle sistemático em determinadas áreas da ciência, alcançaria o seu objetivo maior.

O fato é que o anseio pela planificação veio ao encontro às aspirações tanto dos políticos modernos quanto dos filósofos. Ambos haviam descoberto o caos: o do lado da filosofia, os conhecimentos de caráter dogmático e da razão especulativa e, quanto ao da política, o caos decorrente da fase anterior ao iluminismo, engendrada por posições políticas irracionais que impediam o progresso da humanidade.

À luz destes propósitos, Bauman constatou as afinidades entre os projetos tanto dos legisladores do Estado como a dos filósofos dos tempos modernos, no que se refere aos objetivos da razão legislativa e das intenções de planificação da sociedade:

[...] havia uma autêntica simetria entre o emaranhado de paroquialismos tradicionais que o Estado moderno tinha de erradicar para estabelecer sua suprema soberania inconteste e a cacofonia de “escolas dogmáticas” que tinha de ser silenciada para que a voz da razão universal e eterna [...] pudesse ser ouvida e sua *apodítica certeza* apreciada. Os governantes modernos e os filósofos modernos foram primeiro e antes de mais nada legisladores; eles descobriram o caos e se puseram a domá-lo e substituí-lo pela ordem (*Ibid.*, p. 32).

2.1 A consumação da barbárie

A sociedade idealizada pelo Estado moderno, a planificada, foi grande sonho a ser alcançado pelos políticos e administradores. Na busca por este sonho aparecem as práticas de eugenia; especificamente, a história moderna conta com a “engenharia social” (*Ibid.*, p. 38) de Hitler e Stalin que resultou na mais terrível barbárie. O holocausto, por exemplo,

resultou da *judeofobia*⁴ nessa fase moderna. Os judeus foram considerados pelos nazistas como as “ervas daninhas”, por isso foram perseguidos e sentenciados para a eliminação, ou seja, ao extermínio. Bauman destacou a posição de R. W. Darré, nazista, na primeira metade do século XX, sobre a idealização de uma sociedade perfeita:

[...] a vontade conformadora de um jardineiro é necessária, de um jardineiro que, criando condições adequadas para o cultivo ou mantendo afastadas as influências perigosas, ou ambas as coisas, cuidadosamente cultiva o que precisa ser cultivado e impiedosamente elimina as ervas daninhas que privariam as melhores plantas de nutrição, ar, luz e sol [...] Estamos portanto percebendo que questões de cultivo não são triviais para o pensamento político, que devem estar ao contrário no centro de todas as considerações [...] Devemos mesmo afirmar que um povo só pode alcançar o equilíbrio espiritual e moral se um bem concedido plano de cultivo ocupa o *centro* mesmo da sua cultura [...] (1999, p. 36).

Bauman atribuiu ao Comunismo um exemplo de maior assimilação do projeto moderno da planificação social. A investida comunista, em nome do progresso, no Leste Europeu, foi realizada com forte determinação. Tanto que, a parte da sociedade considerada mais habilidosa, a *intelligentsia*, foi eleita para planejar o desenvolvimento dos países que compunham este lado europeu. No entender dos comunistas, os países eram atrasados e necessitavam de um projeto mais bem elaborado para alcançarem os objetivos dos políticos comunistas: o poder e superioridade política frente a outras nações, e, de certa maneira, proporcionaria o fortalecimento do sistema.

Como vimos anteriormente, a eugenia foi praticada no Estado moderno. Cientistas de diversas áreas das ciências médicas como também da biologia, de vários países como alemães, ingleses e americanos defenderam-na, conforme relatados nesta obra⁵ em estudo. Com a prática da eugenia, os cientistas visavam à erradicação dos seres considerados por eles como inferiores. Isso consistia na seleção e na classificação de pessoas segundo a genética, os de maior valor ou os sem valor, e resultava na opção da fertilização ou na eutanásia. Especificamente, sob a ótica dos nazistas, a sociedade deveria ser harmoniosa e ordenada sem desvios, uma *lógica* que foi crescendo no intelecto da população desde o limiar dos ideais iluministas. Sobre esta presunção, a posição de Bauman é a seguinte: “A determinação e a liberdade de ir “até o fim” e atingir os extremos eram de Hitler, mas a lógica foi construída, legitimada e fornecida pelo espírito moderno” (1999, p. 39).

O espírito moderno foi contagiado pela planificação social. Por isso, a perseguição dos cientistas recaiu sobre o “diferente”, os considerados as ervas daninhas como: os doentes

mentais, os deficientes físicos e as pessoas com doenças natas. A ciência, neste processo, na busca da ordem racional, não é neutra, percebida no relato de pessoas que conviveram diretamente com cientistas dessa época, disseram que, em nome da ciência, várias experiências foram realizadas, como por exemplo, em seres humanos. Bauman constatou esses fatos por meio de pesquisa empírica como a postura dos cientistas sobre as políticas adotadas pelos nazistas que tinha por fim a seleção e purificação das raças. Os cientistas tudo faziam em nome da ciência. E sem ética não havia ciência. São os dizeres de um assistente de cientista: “não tínhamos nenhum escrúpulo, era ciência, afinal” (*Ibid.*, p. 57). Segue o relato de uma testemunha que comprova a tese, no caso, o de E. Z. Rüdín, ocasião em que ela se pronunciou sobre os trabalhos científicos do pai.

E de fato ele vendeu a alma ao diabo, sem apreensões. Afinal, ele defendia a causa da ciência, seus *recursos*, sua liberdade de *pesquisa*, seu *progresso*, e o que fazia como cientista era objetivo como a própria ciência e portanto imune à recriminação ética - não, absolutamente, um problema moral (*Ibid.*, p. 57).

Os cientistas foram estruturalmente organizados na forma de burocracias, nas devidas posições de acordo com as funções que exerciam, e, na maioria, estavam em posição mediadora. Seja o que for independente da importância da atividade que eles exerciam, tudo era realizado com a maior precisão, pois havia um sentimento de ser um “substituível”, esta consistia na ética dos especialistas. Os cientistas prestaram seus serviços ao regime nazista com fidelidade, e não realizavam seus experimentos por serem obrigados, e sim, pela nobre contribuição do saber profissional.

Em síntese, a intenção obstinada dos agentes modernos à racionalidade acabou por incitar barbarismo, pois, em nome da constituição da sociedade perfeita, não havia restrições aos atos individuais das pessoas que atuavam na realização deste fim máximo. Para os atos das pessoas, não havia limites quanto à questão moral. Assim, sem avaliação do que era feito individualmente, resultaram-se práticas extremas de barbáries contra o outro, o “diferente”, a prática do genocídio. Como constatou Bauman, a modernidade fornecia os *meios* para a realização de seus objetivos, como também fornecia o seu propósito (1999, p. 59). O que importava era a formação da sociedade perfeita e qualquer tentativa de impedimento era combatida. O trabalho dos cientistas modernos foi totalmente baseado em critérios objetivos e sem preocupação alguma com valores. O que lhes importava era a ciência, chegando ao ponto ápice do crime contra a humanidade: o genocídio, um *meio* para a realização de um propósito do Estado moderno, a idealizada sociedade pura⁶ e perfeita.

3. A derrota da modernidade

Com a gênese da modernidade surge a perspectiva para a hegemonia⁷ do poder burguês que se construiria pela dominação do mundo ao eliminar todas as formas de alteridade. Não havia espaço para que as diferenças e a ordem permanecessem juntas. O mundo moderno permitia somente a verdade absoluta e universal à luz da razão. Assim sendo, a contingência e a ambivalência não eram aceitas no projeto modernizador que vislumbrava o poder de dominação do homem sobre a natureza, que proporcionaria atingir o estágio de superioridade.

Mas a grande derrota da modernidade foi a constatação de que a contingência persistirá e que temos que aceitar o nosso destino de viver nela, pois esse vazio nunca se preencherá. Bauman sugeriu a pressuposição de Agnes Heller da que devemos passar da dominação para a emancipação e o caminho é a aceitação da contingência como nossa realidade vivida.

Como a contingência não permite a certeza, Bauman sugere que outros caminhos emergem da desistência da obstinada luta pelo poder ao da tolerância para chegar à solidariedade. Para ele, viver sem uma certeza, “inclui o efeito emancipatório da solidariedade” (1999, p. 250). O autor explica como se dá essa passagem: ao aceitar e reconhecer a contingência, marca-se a aceitação do “diferente” e o fim da aversão à ambivalência. Essa condição é que possibilitará ao homem iniciar a emancipação e a tolerância.

Há de salientar que a “consciência da contingência” pode não agradar a quem tem interesse pela posição de dominação e, paradoxalmente, quem está do lado oposto, o dominado, que pode desejar a *retaliação* ao dominante. Por isso, este estado da consciência nos conduz a um caminho longo, portanto, trabalhado e requer, de certa maneira, abnegação ao aceitar a tolerância como *sina*, similarmente, é como do “fado ao destino”, “da tolerância à solidariedade” (*Ibid.*, p. 251).

No século XX, em busca do sonho da sociedade perfeita, os dirigentes modernos chegaram a um consenso quanto às táticas para administrar os problemas sociais. A maneira encontrada foi por meio da interferência do Estado na economia que gerou o crescimento das nações, como também significou a alavanca do progresso, caso dos *Welfare States*⁸. Em contrapartida, os problemas sociais decorrentes das desigualdades não acabaram e exalaram-se pelo mundo. Em pleno final do século, vem a constatação da mais pura realidade: poucas pessoas estavam usufruindo dos benefícios do progresso, outras se encontravam em estado de exclusão, na sociedade do consumo. Enfatizo, aqui, de acordo com Behring

et alii (2006) a derrocada do “Estado protetor” (como foi chamado por Bauman) que começa no final da década de 1960 e no início dos anos 1970, derivada da crise do capitalismo dos países centrais que marca a prolongada fase de recessão e inflação, que atinge vários países do mundo. Apesar da costumeira intervenção do Estado para contornar crises, as estratégias keynesianas começaram a não surtirem os efeitos esperados, os impactos delas resultantes foram “pífios” e, sobretudo, em se referindo à segunda recessão, a de 1980-1982, que contagiou o mundo inteiro.

Sobre a questão apresentada, utilizo a citação de Bauman referente à obra de Galbraith (1989) que revela, na década de 1980, a situação social dos norte-americanos: “Nossos pobres continuaram pobres nos EUA e o número daqueles assim classificados aumentou de forma substancial, como aumentou de modo mais acentuado a parcela da renda que vai para os muito ricos” (BAUMAN, 1999, p. 273).

A situação explicitada demonstra o pensamento do autor sobre os problemas da modernidade. Para ele, estamos bem “próximos da era moderna” e vivendo as suas conseqüências, como exemplo, cito a globalização econômica e os seus efeitos perversos.

Na obra de Bauman, “Modernidade líquida”, o termo fluido foi utilizado para atribuir o atual estado alcançado na modernidade. O líquido altera o sólido quando supera os obstáculos encontrados no caminho. Isso significa que, a modernidade era repleta do “espírito moderno” quando ultrapassava limites e emancipava das tradições, de tudo que era sólido, no passado. Devia acabar com os laços de que uniam as pessoas no trabalho, as crenças, as obrigações mútuas, tudo que resistiam ao tempo e que impediam mobilidade das ações nos negócios. Toda a rigidez dos sólidos devia ser solta, já que, na era pós-moderna são os efeitos da globalização econômica, a desregulamentação financeira, a liberalização do mercado, a flexibilização das leis do trabalho para facilitar os negócios da “nova elite global” que está ligada ao capital financeiro. Para esta classe, nada lhe importa e muito menos lhe convém que haja qualquer tipo de impedimento aos seus negócios, o que a interessa, sobretudo, é libertar das amarras do passado ou dos sólidos. Assim, ao ver de Bauman, os sólidos ao serem transformados em líquidos, ou seja, todos os embaraços políticos, éticos e culturais, contribuíram para a liberação da economia de mercado.

Na opinião do autor, para atingir uma visão crítica da modernidade é preciso adquirir a consciência do que está acontecendo, uma condição da “pós-moderna” que é o reflexo da modernidade. “A pós-modernidade é a modernidade que atinge a maioria,[...]” (1999, p. 288). Dessa maneira, temos que avaliar tanto as nossas perdas como os ganhos nesse processo.

Na avaliação de Bauman, os ideais iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade

fracassaram. O princípio iluminista de liberdade, tão somente, refere-se à lógica do mercado, a do consumo que repercute na liberdade das pessoas em adquirir bens. E isso significa que nem todos conseguem consumir de acordo com as necessidades almejadas e milhões de pessoas são excluídas (*Ibid.*, p. 289). Fator este que ocasiona a exclusão na sociedade capitalista. O pensamento de Bauman sobre a modernidade é que ela se faz presente. E a condição pós-moderna é um resultado sistêmico da sociedade que em vivemos. Nessa conjuntura, a “nova pobreza”, um novo tipo de exclusão social, delineia como consequência da implementação de modelos econômicos que condizem com a expansão do capitalismo, como o neoliberalismo que repercute em mudanças adversas ao trabalhador nos processos produtivos e atingem milhões de pessoas no mundo. Esta é uma tendência das últimas décadas do século XX e que prevalece nos dias atuais.

Quanto ao projeto de planificação social, foi abandonado, como todo projeto, digamos, impraticável, portanto, não realizável. O Estado recuou e a tendência foi deixar que os problemas da modernidade fossem de responsabilidade individual. A sociedade pós-moderna deixou as pessoas “à própria sorte”, para a liberdade: os ricos compõem o lado dos “seduzidos” pela condição favorável ao consumo; os pobres, os “oprimidos”, ou os consumidores frustrados, na condição de ainda conseguirem a liberdade, a do consumo.

4. Considerações finais

Neste estudo, Bauman pressupõe a ordem num estágio de perfeição da sociedade de acordo com as ambições dos administradores modernos. A ordem tinha dois pilares: a verdade universal e o poder sem limites, pois, o projeto moderno visava a transformar o mundo de acordo com o planejado. O “Estado Protetor” foi o agente nesse processo e procurou a todo custo garantir a planificação da sociedade. Na medida da impossibilidade desta transformação, o projeto foi abandonado e a tendência foi a calamidade, isto é, a condição pós-moderna.

Na verdade, o que o “Estado Protetor” conseguiu foi gerar uma ambição desenfreada pelo consumo, o mercado passou a ser almejado por todos. E a ambivalência do consumo foi a exclusão, pois as diferenças sociais persistem, embora sob a proteção do Estado, que procurou a todo custo defender seus cidadãos por meio de políticas sociais básicas e com a garantia do trabalho. O projeto do Estado moderno desmantelou-se, pois o mercado é o maior causador de sofrimento. Para o “outro” (o mercado) não há tolerância,

e as oportunidades serão sempre diferenciadas. E o caminho é a aceitação da contingência à medida que ela conduz à emancipação, à libertação do “olho moderno” de seus “medos e inibições”. Porém, segundo o autor, não existe nenhuma garantia de que a contingência resistirá no tempo, somente com o reconhecimento da diferença do outro é que haverá essa garantia.

Referências

ADORNO, Theodor W. Textos Seleccionados. *In: Os pensadores: conceito de Iluminismo* (em parceria com Horkheimer). São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 17-62. (Coleção Os pensadores)

BAUM, Gregory. **A modernidade: perspectiva sociológica**. Vários autores: A modernidade em discussão. Revista Concilium, Vozes, p. 788-796, 1992/6.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. *In: BÓGUS, Lucia et alii* (Org.) **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: EDUC, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Immanuel Kant: Crítica da Razão Pura. *In: Os pensadores: vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os pensadores)

GIFFONI, Mônica Moraes de Melo. **Diálogos da modernidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

Minha Luta (Mein Kampf). Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/law-and-politics/politics/1644422-mein-kampf-minha-luta/>> Acesso em: 28 jul. 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidade, identidad y utopia en América Latina**. Lima: Sociedad y Política, 1988.

ZINGANO, Marco Antônio. **Razão e história em Kant**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Zygmunt Bauman, Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Zygmunt_Bauman>.

Notas

***Edenir Vitoria de Araujo Santos** é mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e técnica-administrativa do Cefet.MG/Campus – Araxá.

¹ Aníbal Quijano foi uma exceção ao delimitar a modernidade no século XV. Esse autor defendeu a idéia do moderno ter nascido do encontro do europeu branco com o índio americano. Diz ele: “En un sentido precisable, la historia de la modernidad comienza en el violento encuentro entre Europa Y América, a fines del siglo XV, porque de allí se sigue, en ambos mundos, una radical reconstitución de la imagen del universo. No hace falta insistir, aquí, en las implicaciones sobre la imagen tolemaica del universo” (QUIJANO, 1988, p. 28). A modernidade na visão de Quijano é intuída sobre outro aspecto: ao andino ou o indígena, e representada em forma de um “realismo mágico” em busca de um novo transcendente. Pelo trecho acima pode se perceber o primeiro choque do encontro de duas civilizações e totalmente díspares entre si. O europeu trazia trajetórias históricas milenares e diferentes do indígena, pois advinha do império a Idade Média e tinha outra visão de mundo. Assim, deriva o primeiro impacto surgido do encontro do europeu com o índio, em forma de conflitos, por existirem outros tipos de relações sociais.

² O conceito é segundo a teoria de Lukács, Weber *et alii*, **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

³ Podemos evidenciar aqui a visão eurocêntrica que foi idealizada e enraizada pelos colonizadores à época das Grandes Navegações, nos séculos XV e XVI, e que resultou na dominação e na subjugação do “outro”, que povoava as terras encontradas e adquiriu o estigma do estranho. Daí seguiram as idéias da “domesticação” por meio da aculturação.

⁴ Em Bógus et alii (2008, p. 43), Castel fez uma observação acerca do genocídio. Segundo o autor, o ápice desse tipo de crime foi na época do nazismo, no entanto, aludiu sobre a perseguição dos espanhóis aos “convertidos”-de maneira forçada ou espontaneamente ao catolicismo - judeus e mulçumanos. A inquisição espanhola condenou esses convertidos à morte, sob a argumentação de que eles poderiam provocar a “dissolução da catolicidade”.

⁵ Os relatos podem ser encontrados nesta obra, cap. I, **O escândalo da ambivalência**, p. 35-48.

⁶ É interessante ressaltar que, Hitler durante o tempo que esteve na prisão, na década de 1920, depois de uma tentativa frustrada de golpe na Alemanha, escreveu “Minha Luta” que continha as idéias básicas do anti-semitismo. O judeu foi visto como um inimigo de todas as nações e, portanto, deveria ser eliminado. Nesta obra a raça ariana foi defendida como superior difundindo a idéia de “purificação desta raça” que, na Alemanha, resultou em práticas eugênicas.

⁷ Segundo conceito de Gramsci. Gramsci, Antonio. **Concepção dialética da história**. 2ª ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1978.

⁸ Dentre os autores citados por Behring & Boschetti (2006) para a formulação do conceito, destaco Mishra: “uma abstração dos princípios e instituições subjacentes ao Estado-providência inglês do pós-guerra, de J. M. Keynes e W. Beveridge”. As autoras ressaltaram os três princípios que norteiam o Welfare State, segundo Mishra: 1º) “responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos” mediante a adoção de medidas como: ajustar a economia de mercado para manter o emprego; universalização de políticas sociais básicas na área de educação, seguridade social, saúde e no setor habitacional; 2º) Garantir a todos os cidadãos os serviços sociais; 3º) Garantir “uma rede de segurança” para a prestação de serviços na área de assistência social. (p. 94) Enfim, este regime abarcava a trilogia: educação, seguro e saúde devendo ser asseguradas à população, em formas de benefícios padronizados e universais (*Ibid.*, p. 95).

⁹ Para outros autores como Lyotard, em **A condição Pós-Moderna**, e Jameson, em **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio** designa a sociedade pós-industrial. Para o primeiro, significa que estas sociedades atingem um estágio cultural avançado que afeta no conhecimento e altera os rumos da ciência, literatura e artes, a partir do século XIX. Jameson atribui as mudanças no capitalismo, segundo a lógica marxista. Para ele, como para outros autores esta é a fase do capitalismo tardio ou globalizante. (Trechos da dissertação de Mestrado de Mônica Moraes de Melo Giffoni, **Diálogos da modernidade**).

Prof^a. Edenír Vitória de Araujo Santos

Currículo - <http://lattes.cnpq.br/1765911950257765>

Endereços eletrônicos: vitoriasantos@terra.com.br;

victoria@araxa.cefetmg.br

Abstract: This paper analyzes modernity and sociologist Zygmunt Bauman will be taken as reference. The introductory part of this is the time of modernity in the view of some authors, and the concept of ambivalence according to the conception of the author. In the second part, emphasize the ambitions of modern agents to maintain order through the planning of the modern state so heavily lean toward the quest for a perfect society, thereby demonstrating the power of science as not neutral in this respect. Finally, Bauman will focus on the conjecture of the permanence of modernity and its negative effects. There was a theoretical problem that the ideologies of the Iluminism did not foresee or could not apply. The losses come, the postmodern condition, because the humanity as a whole does not fall on the benefits that would be generated by modernity in accordance with general principles and universal equality, freedom and brotherhood. Bauman advocates the recovery of the foundation that shattered modernity by way of emancipation with the acceptance of contingency.

Keywords: Zygmunt Bauman. Modernity. Modern state.
